



ZUMBI DE MACACÃO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO E ABORDAGENS SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E DA ESCRAVIDÃO

Carlos Alves Santana¹

Lucimar Felisberto dos Santos²

Resumo: Este ensaio tem como objetivo uma reflexão crítica sobre o processo historiográfico dialógico que envolve revisões de abordagens, temas e sujeitos da história social da escravidão e do trabalho brasileiro. Nesta chave, que inclui o uso da memória, na mediação da discussão da lei 10.639, a ideia é dialogar com algumas das perspectivas analíticas que colaboraram para que, há algum tempo, fossem aprofundados exames com vistas a rever uma vertente historiográfica que tratou como um objeto tanto o trabalhador negro escravizado quanto aquele que conseguiu a sua liberdade. Destaca-se criticamente o fato de essa vertente não os ter incluído no chamado processo de formação da classe trabalhadora brasileira, por não admitir trabalhadores de tais categorias como sujeitos de suas próprias histórias.

Palavras-chave: escravidão; trabalho livre; revisão historiográfica; educação; relação étnico-racial.

ZUMBI IN OVERALLS: HISTORIOGRAPHICAL DEBATES INVOLVING SOCIAL HISTORY OF WORK AND SLAVERY

Abstract: This article aims at a critical reflection to the dialogical historiographical process that involves revisions in approaches, themes and subjects of the social history of Brazilian slavery and work. In this key, the idea is to dialogue with some of the analytical perspectives that collaborated so that, some time ago, analyzes would be deepened, in order to review a historiographical slope that treated as an object both the black enslaved and those who achieved their freedom. It will be critically highlighted the fact that these categories of workers are not included in the formation process of the Brazilian working class, for not admitting them as subjects of their own stories.

Key-words: slavery; free work; historiographical review; education; ethnic-racial relationship.

ZUMBI EN SALOPETTE: DÉBAT HISTORIOGRAPHIQUE ET APPROCHES SUR L'HISTOIRE SOCIALE DU TRAVAIL ET DE L'ESCLAVAGE

Résumé: Cet essai vise à une réflexion critique sur le processus historiographique dialogique qui implique des révisions dans les approches, les thèmes et les sujets de l'histoire sociale de l'esclavage et du travail brésilien. Dans cette clé qui inclut l'utilisation de la mémoire dans la médiation de la discussion de la loi 10.639, l'idée est de dialoguer avec certaines des perspectives analytiques qui ont collaboré pour que, pendant quelque temps, les analyses soient approfondies afin de revoir une facette historiographique noir asservi comme celui qui a sa liberté comme objet. Soulignant de façon critique le fait qu'ils ne les ont pas inclus dans le soi-disant processus de formation de la classe ouvrière brésilienne, pour ne pas admettre des travailleurs de telles catégories comme sujets de leurs propres histoires.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* caugustosantana2013@bol.com.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro *E-mail:* lucimarfelisbertodossantos@gmail.com



Mots-clés: Escravidão; Trabalho livre; Revue historiographique; Éducation; Relations ethno-raciales.

ZUMBI DE MACACÁN: DEBATE HISTORIOGRÁFICO Y ENFOQUES SOBRE LA HISTORIA SOCIAL DEL TRABAJO Y LA ESCLAVITUD

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo una reflexión crítica sobre el dialógico proceso historiográfico que envuelve revisiones en abordajes, temas y sujetos de la historia social de la esclavitud y del trabajo brasileño. En esta clave que incluye el uso de la memoria en la mediación de la discusión de la ley 10.639, la idea es dialogar con algunas de las perspectivas analíticas que colaboraron para que, hace algún tiempo, se fueran profundizados análisis con vistas a revisar una vertiente historiográfica que trató tanto al trabajador negro esclavizado como aquel que consiguió su libertad como un objeto. Destacando críticamente el hecho de que no los incluyó en el llamado proceso de formación de la clase trabajadora brasileña, por no admitir trabajadores de tales categorías como sujetos de sus propias historias.

Palabras-clave: esclavitud; trabajo libre; revisión historiográfica, educación; relación étnico-racial.

O drama mais espetacular dos últimos mil anos da história humana é a deportação de seres humanos de beleza morena de sua terra natal para o recém-descoberto eldorado do Oeste. Eles desceram ao inferno e, no terceiro século ressuscitaram da morte, no maior esforço de conquista da democracia para milhões de trabalhadores que este mundo jamais viu. Foi uma tragédia que aniquilou a da Grécia; uma convulsão da humanidade com a da Reforma e da Revolução Francesa. Todavía somos cegos e liderados por cegos. Não percebemos nisto uma parte de nosso movimento operário, de nosso triunfo industrial, de nossa experiência religiosa.

A epígrafe usada para introdução do ensaio é um marco. Foi usada em um artigo intitulado “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, produzido por Silvia Lara. Ele sugere outros caminhos de investigação que pudessem revelar como as experiências acumuladas durante a escravidão, por trabalhadores escravizados e libertos, foram compartilhadas com os trabalhadores livres, antes e depois da Abolição. Representa, assim, uma introdução mais sistemática desse tipo de debate no Brasil (Lara, 2011, p.25). Segundo Sidney Chalhoub (2011, p. 25), na verdade, tal abordagem “trata-se da análise das possibilidades de diálogos entre a história social e a antropologia social, tendo como um dos principais objetivos o fortalecimento da tese de que o trabalhador negro constituiu-se como sujeito da sua própria história.

Dialogando com tal perspectiva analítica, com a presente análise, corroboraremos com a desconstrução de algumas abordagens estereotipadas e



negativadas que, sobre “os seres humanos de beleza morena”, foram construídas ao longo de mais de três séculos de escravidão no Brasil. Com o resgate desse passado, a intenção é contribuir com tal diálogo histórico e historiográfico que, no Brasil, em verdade, foi iniciado em meados dos anos 70 do século XX. De acordo com Antonio Negro e Flavio Gomes (2006, p. 217-240), começava-se, nesse período, no âmbito acadêmico, a fomentação de debates sobre as temáticas da historiografia da escravidão e do trabalho brasileiro. Como resultado, surge uma tendência histórica que passou a considerar o trabalhador escravo e o liberto agentes de suas histórias.

Fundamental para esse diálogo, que em última instância resultou em uma mudança de paradigma, foi a contribuição dada pelo historiador inglês E. P. Thompson, imbuída em uma base teórica antropológica e cultural, destacadamente apresentada em seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Entre outras perspectivas, para dar conta da análise sobre as experiências de trabalhadores ingleses, já no prefácio do primeiro volume da obra intitulada “As Árvores da Liberdade”, ele define o seu conceito de classe. Essa definição foi responsável por lançar luz em direção a futuras análises. De acordo com o autor, a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam entre si a identidade de seus interesses, contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente em oposição) dos seus (Thompson, 2011, p. 274). Tal perspectiva dá sentido a novas interpretações. No Brasil, utilizam-se de suas propostas teóricas vários historiadores sociais da escravidão e do trabalho brasileiro, como, por exemplo: Sidney Chalhoub, Silva H. Lara, Marcelo Mac Cord, Claudio Batalha, Fernando T. da Silva, Alexandre Fortes, Flavio dos Santos Gomes, entre outros, com os quais dialogaremos ao longo deste texto.

Trata-se de um diálogo acadêmico. Contudo, faz parte dos objetivos deste ensaio dialogar com um público mais amplo, destacadamente com organizadores de cursos de formação sindical, promovidos por entidades de classe – Sindicatos, Federações, Confederações e as Centrais Sindicais –, no sentido de provocar outras reflexões sobre sentidos de abordagens sobre temas relativos à história social do trabalho brasileiro. A sugestão é insistir na reprodução do conhecimento acadêmico – como tem sido insistentemente colocado nas pesquisas mais recentes –, mas, de modo que sobressaia



as versões constatadas a partir das vivências e experiências comuns de trabalhadores negros – escravizados, libertos e livres. E não somente as dos pressupostos de teorias clássicas, como também a do historiador e filósofo alemão Karl Max, que desenvolveu um conceito de classe operária, tendo como base central o conceito do determinismo econômico (Guimarães, 2012, p. 13-40).

Pensamos nas novas interpretações que vêm orientando uma geração de historiadores. O resultado é que, em novos estudos, através de metucioso trabalho de pesquisa, procuram-se dar voz a novas categorias de trabalhadores entre os denominados de os “de baixo”. Todos estão incluídos nas análises sociais numa perspectiva em que sejam também sujeitos da História. Nesse sentido, contrapõem-se àquela historiografia considerada oficial. No caso brasileiro, pelo menos até os anos 60, a referência era uma modalidade que priorizava contar a História a partir dos dominantes, representados pela elite branca de origem europeia (Negro e Gomes, 2016).

As discussões apresentadas neste artigo irão, em um primeiro momento, tem por objetivo problematizar. Tanto por acreditamos ainda ser necessário questionar a historiografia brasileira no que se refere à abordagem da temática da história social da escravidão e do trabalho brasileiro, quanto por entendermos que ainda persistem algumas questões, quais sejam: (i) Como os novos estudos vêm contrapondo o determinismo da história econômica com o qual se costumava analisar também o tema da escravidão brasileira? (ii) Tendo em vista a possibilidade de se considerar o protagonismo do trabalhador negro, houve uma pressão por parte dos movimentos negros, no sentido propositivo, para a revisão historiográfica mais sistemática da história social da escravidão e do trabalho brasileiro? (iii) De que forma os registros historiográficos podem fornecer elementos que contribuam para a implementação da lei 10.639?

O texto do artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, procuraremos abordar algumas reflexões sobre o tema, formuladas ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, fundamentalmente, no que se refere à historiografia sobre a temática racial. Em seguida, traremos novos questionamentos a uma crença que está presente até os dias de hoje na sociedade brasileira: *o mito da democracia racial*:



das suas influências na historiografia dos anos 30 e 40, até o início de sua desconstrução. Na terceira parte, identificaremos tanto o contexto das propostas que servirá de base para propor a revisão historiográfica brasileira na temática em questão quanto a entrada de novos atores sociais e temas nesse processo, responsáveis pela consolidação dessa revisão. Na última parte do texto, destacaremos algumas propostas analíticas e teóricas em obras acadêmicas de estudiosos brasileiros. É neste sentido que pretendemos contribuir para este amplo diálogo, para o qual chamamos a atenção com este ensaio. Serão incluídas, ainda, análises da atuação do Movimento Negro Contemporâneo Brasileiro. Pontua-se o fato de que essa atuação também veio a cooperar com essa dialógica viragem historiográfica, além de sugerir novas pautas e abordagens para as experiências históricas do negro brasileiro, escravizado, liberto e/ou livres, incluindo os seus próprios olhares.

A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

No livro “O espetáculo das raças”, Lilia Schwarcz (1993) propôs uma divisão para a historiografia brasileira que tratou da questão racial ao longo do século XIX e na metade do século XX. Sugere uma divisão em três períodos: “Da constatação da hibridação em Martius à afirmação Darwinista em Romero, para chegar ao elogio à democracia racial com Gilberto Freyre” (Schwarcz, 1993, p. 324). Defende, entretanto, que, já no século XVIII, tem-se o início da constituição de algumas teorias que demonstraram a “diferenciação existente entre os homens”. Refere-se às teorias raciais que deram “*status*” científico às desigualdades entre os seres humanos e que, utilizando de um imaginado conceito de “raça”, desenharam uma classificação para a humanidade. Segundo seus argumentos,

No contexto intelectual do século XVIII, novas perspectivas se destacam: de um lado a visão humanista herdada da Revolução Francesa que naturalizava a igualdade humana; do outro uma reflexão ainda tímida sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século 19 será a segunda postura mais influente estabelecendo correlações rígidas entre patrimônios genéticos e aptos, intelectuais e inclinações morais (Schwarcz, 1993, p. 324).

Em verdade, é fato empiricamente provado que, no Brasil do século XIX, o pensamento social foi influenciado por tais teorias raciais, responsáveis por significar conceitos como o Darwinismo social, o positivismo, o evolucionismo e a antropologia

criminal (Oliveira, 2005) – a correntes teóricas cujas ideias repercutiram profundamente até o final da Velha República. Analisando como chegam essas proposições no Brasil, vindas da Europa, alguns cientistas sociais formularam teses argumentando que elas tiveram tanta influência na sociedade brasileira, que os seus efeitos se manifestaram através de várias práticas racistas. É o caso de Antônio Sergio Guimarães, sociólogo que dedicou um capítulo do seu livro “Classe, Raças e Democracia” para refletir sobre a questão (Guimarães, 2012).

Examinando a questão, mas fundamentalmente pensando no sentido daquelas correlações destacadas por Lilia Schwarcz, bem como nos seus impactos no processo de produção do conhecimento, uma revisão em específicas análises, estudos e abordagens sobre a história dos trabalhadores no Brasil foi feita por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009). O debate ficou registrado no artigo “Sujeito no Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores na Historiografia Brasileira desde os Anos de 1980”. Nele, de forma esclarecedora, chamou-se a atenção à exclusão, em importantes análises históricas, das vivências e experiências de algumas categorias de trabalhadores. Analisando o contexto intelectual do século XIX, por exemplo, os autores se utilizaram do estudo publicado no livro “O Abolicionismo”, escrito por Joaquim Nabuco – personagem que teve uma atuação significativa no processo da libertação dos escravos no campo legislativo durante o período Imperial –, para caracterizar como a maioria da intelectualidade do período via a participação dos trabalhadores escravizados no processo abolicionista³. De acordo com a visão desse grupo,

Os escravos e seus descendentes nascidos após a Lei de 1871 – os ingênuos – haviam delegados aos abolicionistas a missão de libertá-los. Essa delegação, todavia, era “inconsciente da parte dos que a fazem”, pois que tais pessoas não tinham percepção de seus interesses nem meio de reivindicar os seus direitos (Chalhoub; Silva, 2009, p. 17).

Analisando o mesmo contexto, mas sem considerar aquele tipo de passividade por parte dos escravizados, a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo aprofundou a reflexão sobre o caráter estratégico da “missão” do movimento abolicionista, mais

³ Ver também: MATTOS, Marcelo Badaró, Abolicionismo e Formação da Classe Trabalhadora: Uma Abordagem para além do Nacional. In: GOMES, Flávio. DOMINGUES Petrônio (orgs.). *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.



especificamente do de São Paulo. Destaca, nele, uma preocupação específica no discurso que se produz: a imperatividade da política de controle social para o pós-abolição. O principal veículo desse discurso é a imprensa. Azevedo vai demonstrar, a partir das pesquisas levadas a cabo, que o Jornal “*A Redenção*” foi criado pelos abolicionistas para transmitir as suas posições em relação ao lento e gradual processo para dar fim à Escravidão. Isso fica claro em alguns de seus textos.

Somos pela abolição imediata da escravidão (...). Não pense o escravocrata que queremos a desordem, a vagabundagem (...). Entendemos que o liberto que não quiser trabalhar, preferindo a vadiagem e a mendicidade, deve ser coagido. Somos acoimados de precipitados, de incendiários, quando aconselhamos ao trabalho, sobre as mais severas penas (...). Portanto, a abolição imediata da escravidão é uma necessidade palpitante para o desdobramento da riqueza geral do país, precedendo a, sem dúvida, medidas preventivas (Azevedo, 1987, 122).

Vê-se então, que o pensamento social brasileiro foi de tão maneira alimentado por noções propagadas pelas teorias raciais, que mesmos os abolicionistas tiveram de lidar com preocupações envolvendo o comportamento do liberto. E, por conta desse conjunto de circunstâncias, foi essa preocupação um dos principais temas das pautas políticas, sociais e policiais no Brasil, tanto nas décadas finais do período de vigência da Escravidão quanto no imediato pós-abolição.

Para além disso, houve um setor da sociedade brasileira que exerceu um papel fundamental na propagação daquelas noções: os profissionais liberais, mais especificamente os médicos formados pelas duas faculdades de Medicina então existentes no país: a do Estado da Bahia, na província de Salvador, e a da capital federal do Império, no Município Neutro do Rio de Janeiro. Essas duas faculdades fundaram, individualmente, revistas especializadas – a a revista *Gazeta Medicina da Bahia* e a *Revista Brasil Medicina* – nas quais a temática central era a questão racial. Alguns de seus artigos foram publicados com títulos que chamavam a atenção às orientações do racismo científico (Schwarcz, 1993, p. 272). São exemplos dessas publicações: “As raças e seus Cheiros,” (1887); “Raça e Civilização” (1880); “Raça e Degeneração” (1887); “O Cruzamento Racial” (1891). Observa-se que o conceito de “raça”, presente no pensamento acadêmico, formatava também o imaginário político, nos âmbitos Judiciário, Executivo e Legislativo (Schwarcz, 1993, p. 312).



Por serem reproduzidos em inúmeras reportagens que tiveram o intuito disciplinar, por impor uma nova ordem social, os discursos produzidos por tais jornais e revistas disseminaram o ideário das teorias raciais vigentes à sua época. Trafegavam no mesmo sentido dos conteúdos dos discursos de suas propagandas; contribuíram para o fortalecimento de uma específica ideia de ordem civilizacional. Atuando com a lógica de suas épocas, mas interferindo no processo de formação de opiniões, para além de considerarem os indivíduos escravizados e seus descendentes libertos como pessoas que não tinham percepção de seus próprios interesses, “inconscientes”, consideravam que seus patrimônios genéticos não os tornavam aptos à vida social. Esse imaginário viria a ter papel importante na formação da identidade nacional brasileira. Abordada com esse sentido, percebe-se que a questão racial no Brasil do século XIX até meados do século XX, chegaria ao ponto de influenciar diretamente ou indiretamente um conjunto de instituições.

A CONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: REVESES NO PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO

Há certo consenso nas análises teóricas sobre a questão racial quanto à defesa do argumento de que as teorias raciais contribuíram na formatação da gênese de uma identidade nacional brasileira na relação com ideias contidas no fenômeno da civilização. Uma vez que, no contraste com o que foi o ideal da democracia racial, houve uma articulação para se imaginar a nação brasileira. Especialmente quanto à adjetivação desse tipo de democracia, a historiografia registrou o momento da construção e da desconstrução dessa noção, que classificou como “mito”.

É nos anos 1930 que se vai propagandar o conceito que até hoje está no imaginário popular. Embora não o tenha criado, o denominado “mito da democracia racial” teve Gilberto Freyre como um dos formuladores quando, no clássico “*Casa Grande e Senzala*”, defendeu o caráter benigno do imperialismo português, que teria impedido o surgimento de divisões raciais rígidas (Freyre, 1933). Segundo Guimarães, o sociólogo teve papel preponderante na divulgação e formulação de uma imagem que teve a função de fundamentar uma determinada identidade do Brasil, interna e externamente.

Destaque foi dado ao conteúdo antropológico do discurso, visto que Freyre desenvolveu sua tese descritiva das relações raciais brasileiras, baseando-se “na perspectiva da versão culturalista” que, em última instância, defendia o ideal do embranquecimento. De acordo com os argumentos de Guimarães, as análises antropológicas que adotaram aquela construção enfatizaram o racismo subjacente ao discurso freyriano.

Seria, entretanto, um erro pensar que o pensamento antropológico de meados do século – seguindo os passos de Gilberto Freyre – mudou radicalmente os pressupostos racistas da ideia de embranquecimento. Na verdade, a tese de embranquecimento foi apenas adaptada aos cânones da Antropologia Social, passando a significar a mobilidade da ascensão dos mestiços na hierarquia social. Por um lado, “embranquecimento” era uma constatação feita por meio de pesquisas empíricas, um caminho de mobilidade preferencial encontrado entre os negros; mas por outro lado esse caminho pressupunha uma visão racista da Negritude ainda que interiorizada pelos negros para qual a teoria antropológica da época permaneceu muitas vezes silenciosa e acrítica (Guimarães, 2009, P. 137- 174).

Uma vez formulado, o mito da democracia racial se consolida, indo ao encontro da nova ideologia racial elaborada na virada do século XIX ao XX, e perdura, ao ser incorporado ao ideário da Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas. Isso porque o sistema de ideias vai desenvolver um novo modelo de identificação racial para a sociedade brasileira, galgado na cultura das três raças: branca, negra e índia. Cria-se, assim, um caldeirão cultural capaz de expressar o que, naquele período, se tinha por horizonte na formação da futura nação brasileira.

Caracterizando, na verdade, ideias vinculadas ao modernismo (Guimarães, 2009, p. 137-178), essa concepção teórica vai ser sustentada por vários pensadores ligados às Ciências Sociais e às literaturas regionais. Nesse sentido, à época, foi produzida uma bibliografia abordando características do hibridismo cultural brasileiro, incluindo-o como marco da civilização mundial. Ao fim e ao cabo, tinha-se como principal núcleo a defesa da harmonia das três raças e, como eixo, a propagação de imagens de uma nova nação, construída a partir de uma identidade racial que se queria valorosa. Guimarães (2012, p. 64) destacou alguns daqueles: na Sociologia: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior; na Literatura regionalista: Jorge Amado e José Lins do Rego.

O revés desse componente da estrutura do pensamento social pode ter como marco os anos 1950. Destacadamente, com os resultados de pesquisas financiadas pela UNESCO e pela reitoria da Universidade de São Paulo. A partir deles, começa-se a ser construída a base teórica para a desconstrução do mito da democracia racial no Brasil. Tratou-se de pesquisas sobre as relações sociais em algumas regiões do mundo e, no Brasil, contaram com as iniciativas de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que já vinham fazendo análises “sobre a questão do negro em São Paulo” – tema proposto pelo editor da revista *Anhembi*, Paulo Duarte (Guimarães, 2009, p. 137-164).

A revista *Anhembi* começou a publicar trabalhos acerca desse tema de pesquisa em 1953, logo após a segunda Guerra Mundial. Justamente, era esse o momento em que a UNESCO assumiu a tarefa de financiar estudos sobre relações raciais. O projeto dessa instituição incluiu o Brasil, para tentar compreender a suposta relação racial democrática. Havia o interesse na possibilidade de apropriação do sentido da dinâmica racial contida na flexibilidade das nossas relações sociais, tão propagadas na Europa por Gilberto Freyre.

Na época, o conteúdo do discurso das várias conferências proferidas por Freyre havia difundido a ideia da existência de um modelo harmônico de convivência entre as três raças, na construção da sociedade brasileira. Tratava-se de uma estruturação social que contrapunha fatos geradores da Segunda Guerra Mundial, que tiveram a ver com a noção da existência de uma raça superior entre os europeus. Com o objetivo de entender o suposto modelo brasileiro, a UNESCO financiou estudos que foram levados a cabo por jovens cientistas sociais, entre eles, Florestan Fernandes, Tales De Azevedo, L. A. Costa Pinto, Oracyr Nogueira, René Ribeiro (Guimarães, 2009, p. 137-164).

Pode-se dizer que tais investigações colaboraram para um redimensionamento do pensamento racial no Brasil. Essa colaboração pode ser sumariamente entendida pela interpretação do conjunto da análise escrita no livro produzido por Florestan Fernandes: “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”. Nesta obra, foi explicitada tanto a inverdade da democracia racial no Brasil, tão propagada no exterior, quanto os dados obtidos pelos estudos e pesquisas financiados pela UNESCO, que detectou as condições de vulnerabilidade das populações negras brasileiras. Nestes termos, ainda que seja para



dar a entender que o problema do negro era meramente de ordem social e econômica, Fernandes chamou a atenção em sua narrativa para a situação de exclusão social a que chegou no Brasil a população negra após a Abolição (Bastide e Fernandes, 2008).

SOBRE UMA PARCERIA ENTRE ACADÊMICOS E O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO PARA SUSTENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A partir do surgimento de teses defendendo que a democracia racial era, de fato, um mito, a questão racial brasileira ganhou robustez e novos agentes sociais engrossaram o debate. Acadêmicos sentiram necessidade de revisar a historiografia, procurando desconstruir algumas imagens criadas ao longo do século XIX. Fundamentalmente, aquelas inventadas por sujeitos, com base nas teorias científicas raciais (Chalhoub; Silva, 2009). Por exemplo, o papel do escravo e do liberto na formação da sociedade brasileira foi questionado, e não somente no viés da miscigenação. Naquele contexto dos anos 1970, os estudos que se produziam sobre a formação da classe trabalhadora brasileira passariam a também incluir trabalhadores escravizados e libertos naquele processo. Questionavam-se produções anteriores que concluíram que aquelas categorias de trabalhadores não tinham consciência política⁴.

Desse modo, por diferente viés, a história social do trabalho passou a contribuir na revisão de uma versão historiográfica, que tratou a vivência dos trabalhadores escravizados, levando em conta os conteúdos daqueles discursos produzidos na virada do século XIX ao XX, que os rotulavam, e aos seus descendentes libertos, como pessoas que não tinham percepção de seus próprios interesses, e argumentavam ainda que seus patrimônios genéticos não os tornavam indivíduos aptos à vida social.

Guimarães (2002, p. 21) faz um rápido registro dos historiadores e sociólogos cujos trabalhos contribuíram para revisão daqueles argumentos, em um primeiro momento. Segundo este,

Quem desencadeia este novo ciclo é, sem dúvida, Weffort (1972), em seu estudo sobre as greves de 1968, em Osasco e Contagem. Seguindo a trilha de

⁴ Destacadamente o produzido pela chamada “escola paulista” que, nos anos 1950, reunindo profissionais da área de ciências humanas, como Florestan Fernandes, Emília Viotti, Otávio Ianne e Fernando Henrique Cardoso, defendeu a tese da violência do sistema escravista e da exploração dos trabalhadores escravizados.



Weffort, floresce uma grande produção sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, tanto entre historiadores (Fausto, 1974 e 1976; Pinheiro e Hall, 1982; Carone, 1974 e 1989; Hall, 1971 e 1984) quanto entre os cientistas políticos (Andrade 1974; Almeida, 1975; 1978; 1978^a; 1981 e 1988; Moisés, 1977) e sociólogos (Humphrey, 1979 e 1982).

Como eixo central desta versão que surge como nova corrente historiográfica, estão as propostas teóricas e metodológicas de historiadores, como E. P. Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis. Como já anotado, para o caso dos que dialogaram com Thompson, tais autores inovaram em suas pesquisas, por mudarem a escala tradicional de observação dos fenômenos ao analisarem as vivências dos “debaixo”. E, ao ouvirem “os debaixo”, deram voz ao dominado. Com esse sentido, personagens e cenários antes não imaginados passaram a ter suas experiências tematizadas em monografias, dissertações e teses, nos mais diversos programas de pós-graduação (Perrot, 1988). Ganhavam espaço, no ambiente acadêmico brasileiro, propostas de estudos não exatamente alinhadas ao marxismo estruturalista francês, e com um maior diálogo com teoria histórica antropológica cultural (Thompson, 1998).

É no contexto desse estado das artes que emergem figuras como a do *Zumbi de macacão*. Neste ensaio, ela é uma personagem imaginada como representativa de uma articulação com vistas a uma perspectiva analítica capaz de tornar a luta por direito dos trabalhadores escravizados como parte da história do movimento operário brasileiro. Resgata-se, portando, registros históricos das vivências das populações negras brasileiras. Num duplo movimento, mudar o conceito de “escravo coisa” e ampliar o conceito de “liberdade” foram estratégias de revisões conceituais que pretenderam caracterizar, por exemplo, as visões de liberdade, a partir da ótica do escravizado. Inclui-se, aí, a defesa do argumento de que homens e mulheres sujeitos à escravidão seriam, sim, capazes de absorver as “novas tecnologias” impostas por um novo modelo de desenvolvimento industrial pós-abolição. O processo teve, também, o sentido de colocar reparo em abordagens que, tão somente, narravam imagens cristalizadas de escravos sendo “substituídos” por trabalhadores imigrantes, mormente europeus e asiáticos.

Representou um desafio para a historiografia brasileira, a partir do final dos anos 1970, desconstruir estereótipos erigidos ao longo de mais de três séculos de escravidão

(Lara, 1995). Mas as revisões historiográficas se sucederam (Negro; Gomes, 2006). É relevante, nesse processo, a pressão que os movimentos negros vinham fazendo no final daqueles anos. Também eles insistiam na necessidade de uma mudança da abordagem historiográfica, para que se não desse continuidade àquela concepção que perdurava por séculos, que desconsiderou o povo negro como sujeito de sua própria história (Guimarães, 2012).

Nos anos 90, o diálogo ganhou ainda mais fôlego com a contribuição da historiadora Hebe Mattos, que, semelhantemente, defendeu essa viragem historiográfica em sua tese doutorado na UFF – em obra publicada pelo Arquivo Nacional, em 1995, com o título “Das Cores Do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX”. Logo na apresentação, escrita por Robert Slenes, há uma síntese do objetivo central do livro: “estudar as relações entre senhores e escravos numa perspectiva que a liberdade a qual o escravo lutava para ter era muito mais ampla do que o que era narrado na historiografia oficial da temática da história social da escravidão brasileira”. Também essa pesquisadora utilizou como inspiração, para dar sustentação a sua proposta teórica, as análises dos historiadores ingleses Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, articulando-as, então, com metodologias propostas por teóricos italianos da escola da micro-história, como Levi Strauss e Carlos Ginzburg (Mattos, 2013, p. 15-23).

Voltando à pressão exercida pelos movimentos negros, temos o livro “Mundo Negro”, em que Amilcar Araujo Pereira (2013) vai considerar que o ano de 1978 dá início a uma nova etapa das lutas da população negra organizada. chama É o que denomina de “Movimento Negro Contemporâneo Brasileiro”. O autor destaca que, naquela conjuntura, algumas entidades tiveram papel importante na resistência ao regime político autoritário, em curso no Brasil. Oferece como exemplos, o Grupo Palmares; o Centro de Cultura e Arte Negra; o Grupo de Teatro Evolução; o Bloco Afro Ilê Aiyê; o Núcleo de Cultura Afro-Brasileiro; a Sociedade de Intercambio Brasil-África (Sinba); o Instituto de Pesquisa Negra (IPCN); o Grupo de Trabalho André Rebouças; e o Centro de Estudos Brasil África (Ceba) (Pereira, 2013, p. 220).

Pensando na atuação política desse conjunto de instituições, Petrônio Domingues considera que, naquele ano, 1978, em verdade, nasce o Movimento Negro Contemporâneo Brasileiro. Explicando a sua análise sobre o assunto, em seu artigo “Movimento Negro Brasileiro: Alguns apontamentos Históricos”, o historiador procurou traçar algumas diferenças no histórico dos movimentos negros brasileiros. Divide-o em três fases: a primeira, entre 1889 e 1937; a segunda fase, entre 1945 e 1964; e a terceira fase, de 1978 a 2000. Distingue as estratégias que foram desenvolvidas em cada uma dessas fases, em relação à solução para o enfrentamento do racismo.

De acordo com a análise de Domingues, na primeira fase, a tática foi “pela via educacional e moral, no marco do capitalismo ou da sociedade burguesa”. Na segunda fase, , insiste-se, ainda, na “via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando radicalmente o branco, (também) no marco do capitalismo ou sociedade burguesa”. Já na terceira fase, considerada como o período do Movimento Negro Contemporâneo, a solução sugerida é “pela via política (negro no poder!), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar todas as formas de opressão, inclusive a racial” (Domingues, 2012, p. 79-108).

Partindo dessa nova proposta de atuação, nos anos 80, os militantes do Movimento Negro Contemporâneo Brasileiro terão relações diretas com partidos políticos, destacadamente o PDT, o PT e o PMDB. Essas relações incluíram também executivos de governos estaduais. Representativo desta conjuntura foi a posse de Abdias do Nascimento em uma cadeira de Deputado Federal pela bancada do PDT do Rio de Janeiro, em 1983 (Pereira, 2013, p. 288-324; Nascimento; Semog, 2006, p. 177 – 183; Nascimento; Nascimento, 2014, p. 32 – 90).

O Deputado Federal levou para o parlamento toda a sua experiência de anos de militância interna, no Movimento Negro Brasileiro, bom como no exterior, denunciando o racismo institucional brasileiro e o já comentado mito da Democracia Racial. Nascimento contribuiu com vários projetos de sua iniciativa, como o objetivo de implantação de políticas públicas afirmativas (de reparação) direcionadas ao povo negro. Isso se deu em vários setores da sociedade brasileira. Por exemplo, na Educação, propôs que, no currículo escolar, fosse incluído o estudo da história da África, numa perspectiva que já incorporasse a revisão historiográfica que parte das academias



brasileiras vinha levando a cabo. Apesar de trazer a temática racial para o centro dos debates políticos, no interior da Câmara Legislativa, estrategicamente, os projetos de lei apresentados por Abdias Nascimento tramitaram, tendo, recorrentemente, sido adiada a sua votação por falta de *quórum*, quando postos na pauta do dia pelo presidente da Câmara. Foram arquivados ao fim de sua legislatura.

Vale ressaltar que muitas das leis de combate ao racismo, como a supracitada Lei 10.639, são frutos dessa conjuntura caracterizada por aquela viragem de paradigma. Ao fim e ao cabo, circunstancialmente, foi uma luta que contou com a combinação de forças, unindo novos parâmetros historiográficos à nova política estratégica do Movimento Negro Contemporâneo (Pereira, 2013, p. 288-324; Nascimento; Semog, 2006, p. 177 – 183; Nascimento; Nascimento, 2014, p. 32 – 90). De um lado, evidenciavam-se experiências de novos personagens históricos, com renovados papéis sociais e abordagens analíticas chamando a atenção para a trajetória de luta de um povo cujas existências foram vinculadas ao quadro de exclusão e de desigualdade social, vivenciado nas (e herdado das) relações escravistas. Um quadro que se devia reparar. De outro lado, havia tanto o ativismo dos militantes do MNC quanto a atuação política institucionalizada, que contou mesmo com o desempenho de parlamentares negros, de diferentes partidos, inclusive na Assembleia Constituinte, iniciada em 1987 e que resultou na Constituição promulgada em 1988 (Pereira, 2013, p. 301-305).

SOBRE A REVISÃO NA HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO E DO TRABALHO BRASILEIRO

Poderíamos citar uma lista extensa de obras que procuram desconstruir aquela narrativa considerada clássica, ao produzir uma história social da escravidão e do trabalho brasileiro, contribuindo para a revisão historiográfica, para a qual estamos aqui chamando a atenção. Contudo, ater-nos-emos a algumas delas que, a nosso ver, seguiram as recomendações da professora Silva H. Lara. Busca-se, portanto, recuperar o cotidiano escravo e revelar como experiências acumuladas durante a escravidão por escravizados e libertos foram compartilhadas com trabalhadores livres (Lara, 1995). Em verdade, um balanço mais sistemático deste que foi um movimento intelectual coletivo é bem delineado em artigo já citado. Em “Sujeito do Imaginário Acadêmico: escravo na Historiografia brasileira desde o ano de 1980”, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da

Silva (2009) iniciam suas análises. Enfatizando a percepção já comentada dos abolicionistas em relação aos escravizados, destacam que as deles foram as primeiras ideias a serem revistas por pesquisadores que perceberam agência nas ações daqueles indivíduos (Chalhoub; Silva, 2009; Azevedo, 1987, p. 215-250).

Mesmo antes da publicação dos artigos de Silvia Lara sobre a temática, o próprio Chalhoub atuou no processo que viria a descrever. Em estudos publicados, defendeu enfaticamente a capacidade política de escravizados e libertos. E fez isso com robustas evidências documentais. No seu livro “Visões da Liberdade”, para defender seus argumentos, por exemplo, utiliza-se das fontes do acervo do arquivo do 1º Tribunal de Júri da Cidade do Rio de Janeiro e as do Arquivo Nacional. Nessas instituições, o pesquisador teve acesso a vários processos que demonstraram uma intensa negociação entre senhores e escravos, tendo por horizonte, fundamentalmente, a liberdade destes. Isso, muitas vezes, terminava contemplando ambas as partes (Chalhoub, 2011).

Em sua trajetória de pesquisa, o historiador encontrou um sem-número de evidências que contribuíram para a demonstração da capacidade de negociação de trabalhadores escravizados e libertos, seja coletiva, seja individual. Isso fica ainda mais evidente em um de seus últimos livros: “Negócios da Escravidão”. No conjunto da obra, importa o deslocamento do conceito de liberdade. Destacadamente, na conclusão do primeiro capítulo, Chalhoub (2012, p. 98) expressa o que dele entendeu, quando o interpretou pela ótica escrava:

A Liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir, de acordo com a oferta de emprego e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém.

Em “Visões da Liberdade”, Chalhoub já havia feito várias observações a respeito de estudos feitos por historiadores e sociólogos que analisaram a história social da escravidão e do trabalho brasileiro sob a chave analítica a ser revista. Por exemplo, ao comentar o livro de Fernando Henrique Cardoso, “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional - O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, destaca, crítica e problematiza a análise do conceito de liberdade definido pelo sociólogo, argumentando “que ele interpreta o sentido da liberdade para os escravos única e



exclusivamente a partir das visões de liberdade inventadas para o negro pelos cidadãos – proprietários dos brasis da época” (Chalhoub, 2011, p. 98).

Nesse mesmo trilho da revisão historiográfica, João José Reis e Flavio dos Santos Gomes publicam resultados de suas pesquisas no livro “Liberdade por um Fio: Histórias dos Quilombolas”. As análises por eles feitas também problematizam o conceito de liberdade mais corrente até então. O objetivo principal, no entanto, é o de caracterizar as formas de organização de escravos após a sua fuga, na construção de comunidades que ficaram hoje conhecidas como áreas quilombolas. Os historiadores inovaram, ao demonstrar a capacidade de interação de negros e negras aquilombados com os indígenas e as sociedades de trabalhadores livres locais. Assim, acabaram por desvendar “as estratégias de sobrevivência e de resistência utilizadas pelos negros fugitivos e as estratégias de repressão desenvolvidas pelas autoridades locais”(Reis; Gomes, 1996). Puseram em foco uma nova dinâmica social, portanto.

Mesmo antes da publicação de “Liberdade por um fio”, Flávio Gomes já vinha contribuindo com trabalho de pesquisa nesta viragem historiográfica, atentando para a capacidade de organização escrava, em vários sentidos, desde o aspecto da segurança até o econômico, nas negociações dos produtos agrícolas. Por exemplo, no artigo “Para Matar a Hidra: Uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara – Sec. XIX”, publicado em 1994, faz uma narrativa, abordando alguns fatores que contribuíram para a sobrevivência, ao longo daquele do século dezenove, dos quilombos e mocambos da região de Iguaçu – no interior da província do Rio de Janeiro. Argumenta que os mocambos construídos por escravos aquilombados na localidade tinham difícil acesso, para dificultar a repressão policial. Ademais, possuíam uma extensa área de cultivo agrícola, o que possibilitava abastecer com produtos várias áreas da província do Rio de Janeiro, efetivando um processo de intensa negociação mercantil, que caracterizava a existência de relações socioeconômicas com vários setores da sociedade (Gomes, 1994, p. 1-31).

Mas estritamente sobre o entrecruzamento da temática da história social da escravidão e a da história social do trabalho brasileiro, no âmbito do que se propunha como um novo paradigma historiográfico, pode-se afirmar que um dos primeiros



historiadores a discorrer sobre o ponto comum entre as duas abordagens foi João José Reis. Em um artigo publicado no ano 2000, com o título “De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição”, o autor apresenta resultados de pesquisa feita no Arquivo Público do Estado da Bahia. Em sua análise, destacam-se os dados do livro de matrícula policial referente aos trabalhadores dos cantos. Reis coloca pela primeira vez em discussão o tema da formação da classe trabalhadora urbana nos estertores da escravidão. O “canto” era, em verdade, a forma de organização dos negros ganhadores que trabalhavam nas ruas da cidade de Salvador. Constituíam pequenos grupos de escravos ou libertos comandados por um capitão, que era escolhido diretamente pelos companheiros.

Segundo as análises desse estudioso, os trabalhadores envolvidos naquele esquema de trabalho superaram várias investidas de desarticulação por parte dos órgãos públicos que buscavam controlar o trabalho de rua na cidade de Salvador, sobretudo após a revolta dos Malês, em 1835. Por exemplo, no ano de 1857, houve uma tentativa de controle cuja estratégia era obrigar aos trabalhadores dos cantos a tirarem seus registros junto à Câmara Municipal. De acordo com a regulamentação criada, os trabalhadores de rua seriam obrigados ao pagamento de uma taxa anual; ao uso de uma placa metal no pescoço, com o número da matrícula; e à apresentação de fiadores que garantissem os serviços por eles prestados, no caso dos libertos. Em resistência, os trabalhadores organizaram uma greve que durou mais de uma semana. Com a paralisação, os cantos saíram vitoriosos na disputa e conseguiram manter a sua autonomia na forma de constituir o seu arranjo de trabalho (Reis, 2000, p. 199-242).

Pontualmente, o estudo de João Reis teve o sentido de contribuir para um redimensionamento da análise sobre a capacidade organizativa de trabalhadores negros, escravizados, libertos e livres, que exerciam a atividade “ao ganho”. Mas quando o processo revisionista ampliou o campo de observação e se debruçou sobre as experiências compartilhadas entre trabalhadores escravizados e livres na formação das classes trabalhadoras urbanas, emergiram imagens ainda mais diversas e complexas. Aqui, insistimos em representá-las com a denominação de “Zumbi de macacão”. Isso deve-se ao fato de que também se colocou em questionamento o argumento da falta de capacidade escrava de exercer tarefas ditas especializadas. Alguns resultados surgiram



em estudos, como o de Luiz Carlos Soares (2007), que comprovou a possibilidade de especialidade da mão de obra escrava com os seguintes argumentos:

O emprego de escravos em oficinas artesanais e manufaturas pressupunha que eles tivessem que conhecer razoavelmente os segredos dos seus ofícios manuais, principalmente naquelas primeiras, pois no processo artesanal cada trabalhador era responsável pela realização de todas as etapas necessárias à confecção de um determinado produto. Já as manufaturas, pela sua maior dimensão, requeriam certa divisão do trabalho, o que implicava a existência de tarefas especializada, que necessitavam de trabalhadores qualificados, havendo também a utilização de máquinas rudimentares em tarefas que exigiam uma grande massa de trabalho ou grande dispêndio de força física. Donde se conclui que, em quase todos os ramos da atividade industrial, os trabalhadores escravos desenvolviam as mesmas tarefas que os trabalhadores livres, demonstrando habilidade, perícia e destreza, qualidade indispensável ao processo de trabalho vigente nas oficinas artesanais e manufaturas (Soares, 2007, p. 147).

Doravante, as análises incluíam vestígios, tanto sobre a comprovada capacidade de organização escrava como sobre a possibilidade de qualificação da mão de obra de escravizados e libertos. Seguindo a tendência, o compartilhamento de experiências entre escravizados e livres foi colocado em evidência. Destaque foi dado às formas de horizontalização das solidariedades, na formação de associações, que tinham por objetivo oferecer assistência aos seus membros e organizar o trabalho: nas Irmandades, nas Sociedades mutualistas, nas Sociedades de resistências e, até mesmo, na formação dos primeiros sindicatos. Por exemplo, tendo como fio condutor a organização dos trabalhadores negros libertos e escravos, Claudio H. M. Batalha (1999) faz uma análise das sociedades de socorro mútuo em várias frentes de atuação: desde a ajuda de assistência social e funeral, até alguns momentos em que se reivindicavam os direitos trabalhistas dos seus associados. O autor analisa, sobretudo, o período de transição das associações de socorro mútuo até a formação de sindicatos classistas (Batalha, 1999, p. 43-68).

Ele argumenta que, na segunda metade do século XIX, os trabalhadores negros, portadores de um ofício “respeitável” – os primeiros a serem admitidos neste novo mundo do trabalho –, os “artistas”, como se autoidentificavam, projetariam com os “operários” (os trabalhadores industriais e fabris) as primeiras ideias de horizontalização de interesse, em termos classistas. Juntos, em 1870, fundariam a Liga Operária, uma associação mutual com perfil multiprofissional, que chegou a reunir 1.500 associados.



Composta por trabalhadores nacionais e estrangeiros, organizava-se em torno de objetivos, tais como “igualdade e fraternidade”. Não obstante lutar pelo aumento de salários e pela diminuição das horas de trabalho. Isso denota o domínio de específicos de códigos culturais disponíveis à época (Batalha, 1999, p. 55-56). Entretanto, de acordo com Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 57), a Liga não aceitava sócios que não fossem trabalhadores (artistas ou operários), o que excluía de suas lutas uma gama de homens e mulheres que se ocupavam em diversos ramos de atividade na capital imperial.

Estudos sobre associativismo, etnicamente mais específicos, para além de fornecer indícios sobre a expectativa que tinham africanos e outros homens de cor ao associarem-se, contribuíram na viragem, ao chamarem a atenção para a própria inclusão de indivíduos escravizados no corpo associativo, além de destacar as especificidades de seus objetivos de luta. O desenvolvido por Sidney Chalhoub (2007), por exemplo, analisa o caso da *Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor*. Registra que,

Um dos objetivos fundamentais da sociedade era promover a compra da liberdade de seus membros “sujeitos”, o que pode sugerir conhecimento dos dispositivos da nova legislação escrava e capacidade de se articular para explorar as vias institucionais então existentes para obter alforria (Chalhoub, 2007, p. 234-235).

Concluindo esse artigo, destacamos três outros autores que, preocupados com a transição do período do trabalho escravo para o trabalho livre, priorizaram as especificidades dos objetivos do associativismo negro: Maria Cecília Velasco Cruz, Marcelo Marc Cord e Robério S. de Souza. A primeira examinou o surgimento de uma típica sociedade, no artigo “Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930”. Procurou, no mais das vezes, entender a sua forma de organizar o trabalho de embarque e de desembarque no porto de Rio de Janeiro. Também investigou, entretanto, as suas reivindicações e algumas greves organizadas pela categoria ao longo do período escolhido para o estudo. Segundo alguns dos seus resultados de pesquisa,

Ao longo da Primeira República o caminho da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café foram tortuosos. Após sua organização em 1906, foi quase desfeita pelo *Lock Out* do Centro de Comércio de café em 1908, reorganizando-se nos mesmos moldes e com a participação dos capitães em



1910 e 1911. Nos anos seguintes, foi aos poucos consolidando a sua posição no mercado através da utilização das turmas de trabalho e de algumas greves importantes como a da Leopoldina em 1912, e a da Cantareira em 1914. Em 1915 uma forte queda de braços opôs novamente a resistência ao Centro de Comércio de café. Naquele ano, sentindo-se fortalecida, a resistência apresentou aos comerciantes de café uma nova tabela salarial, que retirou diante da dura resposta do Centro, e da eminência de um novo *LockOut*. Animado com o recuo da Resistência, o patronato investiu em quebrar a exclusividade do sindicato no mercado, e tentou impor a contratação de operários não sindicalizados, sob a alegação de que não toleraria mais fiscais em seus armazéns. Mas o fôlego se inverteu. A Resistência paralisou o trabalho em todos os armazéns de café, manteve a greve e depois de alguns dias o Centro cedeu, derrotado, firmando pela primeira vez por escrito um acordo pelo qual reconhecia de forma explícita a exclusividade que tentara eliminar (Cruz, 2000).

Os “moldes” de organização em questão, a historiadora destacou, eram aqueles informados nas tradições negras que a Sociedade Resistência insistia em manter viva.

Já Marcelo Marc Cord, através de seu estudo “Artífices da Cidadania: Mutualismo, Educação no Recife Oitocentista”, investigou sobre um grupo de artífices de pele escura, que criou uma associação na cidade de Recife. O ponto de partida de sua análise é a promulgação da Constituição de 1824, em que os mestres artesãos perderam pela letra da lei a autonomia de ensinar o ofício de artesão. Na maioria dos casos, após o fim das Corporações de Ofício, foram obrigados a exercer as suas funções através de irmandades. O grupo estudado por Mac Cord, composto de homens livres descendentes de escravos, atuou na Irmandade de São José de Ribamar, exercendo, até mesmo, funções que, de acordo com a Constituição de 1824, deveriam ser responsabilidade do Estado, como, por exemplo, a educação escolar.

Como na cidade pernambucana não houve o cumprimento, por parte do executivo local, da implantação do ensino de artífice, na primeira metade do século XIX, os mestres artesãos continuaram exercendo essa função. Ofereciam, além da aula prática, a aula teórica. Através da luta organizada, conseguiram levar a questão à Câmara Municipal de Recife, chegando a receber subsídio mensal para desenvolver as aulas teóricas. Mac Cord demonstrou que, muitas vezes, os artífices mecânicos de cor conseguiram executar até mesmo obras de edificações civis, sob a coordenação da Câmara de Recife. Disputavam de igual para igual com os imigrantes estrangeiros que tinham a mesma formação profissional (Mac Cord, 2012, p. 27-41).



O livro de Robério Souza trata das experiências de ferroviários baianos, na construção e no funcionamento dos ramais da estrada de ferro de Salvador até o São Francisco, no início da República. Destaca, porém, aquelas dos numerosos operários negros empregados na atividade no país. Entretanto, ao discutir a composição étnica desses trabalhadores, Souza revê análises que defenderam que o trabalhador negro, africanos e seus descendentes, foi pouco utilizado como ferroviário no Brasil. Por outro lado, ressalta expectativas dos empreendedores desse ramo de atividade em relação ao funcionamento do trabalho e ao comportamento de seus empregados, ao criarem dispositivos disciplinares. Num duplo movimento analítico, revela tanto como a horizontalização das solidariedades dos trabalhadores funcionou, de modo a colocar limite naquelas expectativas, quanto a percepção da categoria de trabalhadores, em relação às modernas ideias sobre Direito do trabalho (Souza, 2011).

Em todos esses estudos, destaca-se o investimento de pesquisa dos autores, bem como a superação da dificuldade de produção de fontes históricas que tratassem das experiências de trabalho, relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores negros em ambientes fabris e industriais. Por exemplo, em suas primeiras décadas de funcionamento, as companhias ferroviárias raramente empregavam diretamente seus trabalhadores. Serviam-se de empreiteiros que cuidavam da contratação temporária, o que explica a falta de registros desse tipo – a de escravos, imigrantes e livres pobres, sobretudo. De modo que, foi difícil, nos registros arquivados por autores de tais empreendimentos, encontrar evidências sobre as experiências de trabalho. Destacadamente, aquelas acumuladas durante a escravidão, por africanos e por seus descendentes, escravos e libertos.

O próprio sistema, todavia, produziu as necessárias evidências. Uma vez que se julgava o trabalho escravo incompatível àquele que demandava novas técnicas e equipamentos – ou porque, ao criar nova fonte de renda, a ferrovia colocava problemas à existência da escravidão – foram aprovados leis, decretos e regulamentos contratuais proibindo o emprego de mão de obra escrava na construção de Estradas de Ferro (Segnini, 1982, p. 22). No caso da pesquisa sobre os ferroviários baianos, seu autor lançou mão justamente da documentação relacionada a esse tipo de repreensão. Além de utilizar fontes policiais, relatórios, falas na Assembleia Legislativa e matérias



publicadas nos jornais da capital. Vê-se que o vigor dessas novas análises se deve também a essa outra dimensão do novo paradigma interpretativo. Porque, para o revisionismo, além de se reverem temas, problemas e o lugar/papel do sujeito, inovou-se o próprio conceito de fonte histórica, o que acabou por ampliar as possibilidades de se construir versões históricas. São elas muito caras ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis de escolaridade. Muitas das versões que foram contempladas aqui mantêm vivas tradições negras, por resgatarem dimensões do passado, que chamam a atenção para as negociações possíveis aos cativos no cotidiano escravo; para as diferentes visões de liberdade; e, sobretudo, para um mundo do trabalho protagonizado por *seres humanos de beleza morena*.

Concluimos este texto ressaltando a importância da disseminação daquelas versões – que, nas interpretações históricas, se utilizaram dos conteúdos do discurso do novo paradigma historiográfico, para redirecionar o olhar para a história da escravidão e do trabalho livre, dentro de uma nova concepção, que redefine o trabalhador negro – para que sejam retiradas as fendas aludidas por W. E. B. Du Bois. Uma vez revertido o processo discursivo de coisificação do trabalhador escravizado, também na historiografia brasileira, e produzido um discurso histórico suficientemente denso e rico para desconstruir aquele que descreveu acriticamente como inábeis os trabalhadores libertos e livres de cor, menos complexa fica a tarefa de perceber suas experiências como *uma parte de nosso movimento operário, de nosso triunfo industrial*.

Entendemos a dificuldade em conseguir uma plena intervenção no imaginário social brasileiro, mesmo com imposições legais. Todavia, importa destacar que verificamos o investimento em várias obras de intelectuais ligados à Academia Brasileira no projeto de colocar reparo à tradicional historiografia, com alguns significativos resultados analíticos. Novos entendimentos procedimentais e conceituais em relação a categorias-chave, como liberdade, trabalho, raça, classe e, até mesmo, operário, podem contribuir no acesso ao direito de memória do movimento operário. No limite, o não esquecimento da contribuição de africanos e de seus descendentes, naquele processo histórico, pode ter em vista combater o racismo. O histórico de luta individual ou coletivo de trabalhadores, sujeitos ou não, de “pele escura”, envolvidos no processo de formação da Classe Operária Brasileira, pode complementar um trabalho intenso dos



movimentos negros que têm uma longa história de resistência antirracista, inclusive no nível institucional. Várias conquistas foram alcançadas nos últimos anos. Sendo o comportamento, porém, tão arraigado em nossa sociedade, ainda estamos vendo um crescimento de práticas racistas em vários setores. Por isso esse diálogo, em defesa de uma coesão nocombate ao preconceito e à discriminação, tarefa de todo cidadão, independente da sua cor de pele.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Sandra. *Abdias Nascimento*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASTIDE, Roger e FERNANDES Florestan. *Branços e Negros em São Paulo: Ensaio Sociológico Sobre Aspectos da Formação, Manifestações Atuais e Efeitos do Preconceito de Cor na Sociedade Paulista*. 4ª Edição, São Paulo: Editora Global, 2008.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: Sociedades operárias e mutualismo. *Caderno AEL* n.10/11, v. 6, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Solidariedade e Liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In. CUNHA, Olivia Maria Gomes da & GOMES, Flavio dos Santos, org., *Quase Cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Caderno AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

CRUZ, Maria C. V. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro - Ásia*, n. 24, Salvador, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GOMES, Flávio dos Santos. Para Matar a Hidra - Uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara, Séc.XIX. Textos de História: *Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, 2(3), Brasília, 1994.



GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Classe, Raças e Democracia*. 2ª Edição, São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. A Democracia racial. *Cadernos Penesb*, Niterói, nº 4, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. A História de Baixo para Cima. In *Sobre Historia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento da PUC - SP), São Paulo, EDUC, (16), fev, 1998.

_____. Blowin in the Wind': E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento da PUC - SP).São Paulo : EDUC, (12), out., 1995.

MACCORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania: Mutualismo, Educação e Trabalho no Recife Oitocentista*.São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

MATTOS, Hebe. *Das Cores Do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX*, 3ª Edição Revista, Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró, Abolicionismo e Formação da Classe Trabalhadora: Uma Abordagem para além do Nacional. In: GOMES, Flávio. DOMINGUES Petrônio (orgs.). *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

_____. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

_____. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. SEMOG, Èle. *O Griot e as Muralhas*.Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *NASCIMENTO Abdias. Grandes Vultos que Honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal, (Coordenação de edição técnicas), 2014.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*. Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun., 2006.

OLIVEIRA, Lidiany Cristina de. *As teorias raciais e o negro do pós – abolição as primeiras décadas do século XX*. Campinas, SP. [s.n.], 2005.

PEREIRA, AmilcarAraujo. *O Mundo Negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Pallas: Faferj, 2013.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



REIS, João J. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro - Ásia*, Salvador/BA, n. 24, 2000, p. 199-242.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. *Liberdade por um Fio: História dos Quilombolas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870 – 1930*. 13ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGNINI, Liliana R. P. *Ferrovia e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

SCOTT James C. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Tradução Pedro Serras Pereira, 1ª Edição, Lisboa: Letra Livre, 2013.

SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil, A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7Letras, 2007.

SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1909)*. Salvador/São Paulo: Ed. UFBA; Fapesp, 2011.

THOMPSON, E.P *Formação da Classe Operaria Inglesa 1: A Arvore da Liberdade*. 6 Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras, 1998.

_____. A História Vista a Partir de Baixo. Artigo extraído de *The Time Literary*, Supplement, 7 de Abril 1966. Tradução de Antonio Luigi Negro; Revisão do Prof. Michael Hall.

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017*

90